

Dos intelectuais orgânicos aos intelectuais responsáveis: conceitos e desafios na era do identitarismo

From Organic Intellectuals to Responsible Intellectuals:
Concepts and Challenges in the Era of Identity Politics

*Nelson Lellis (UENF)¹
Leonardo Gonçalves de Alvarenga²*

Resumo: O presente artigo discute a complexa questão conceitual da figura do intelectual e de sua função numa sociedade vivida pela política de identidades. Para isso, revisita o conceito de intelectual orgânico observando suas características constitutivas, considerando seu contexto e a própria produção nos estudos de Gramsci. Posteriormente, como Bobbio entende o intelectual orgânico e como articula a ideia de responsabilidade nas reflexões e consequência da ação de um intelectual. A hipótese é que, tendo como

Recebido em: 02 de jul. de 2023

Aceito em: 06 de set. de 2023

¹ Pós-doutorado e doutorado em Sociologia Política pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); mestrado em Ciências das Religiões; pós-graduação em Ensino Religioso e graduação em Teologia pela Faculdade Unida de Vitória (FUV); Licenciatura em Sociologia (Fac. Venda Nova do Imigrante).

² Doutor em Ciência da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Estágio de doutorado sanduíche no Centre d'études en sciences sociales du religieux (CéSor/EHESS) - Paris, França, com bolsa do PSDE-CAPES. Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Licenciatura em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano. Graduado em teologia (UMESP). Especialista em Gestão Educacional - Administração, Supervisão e Orientação (EAD) pelo CESUMAR. Pós-doutorados em Sociologia Política e em Políticas Sociais pela Universidade Estadual Norte Fluminense (UENF) e em Linguística Aplicada (UEMS).

exemplo cientistas da religião e teólogos no campo da Nova Esquerda, o uso do conceito de intelectual orgânico estaria distante de um intelectual que segue a lógica da política de identidades, além dos efeitos dessa produção intelectual que corre o risco de não fornecer um caminho para a igualdade em seu sentido mais amplo.

Palavras-Chave: Intelectual orgânico; Intelectual responsável; Identitarismo; Evangélicos; Nova Esquerda.

Abstract: This paper discusses the complex conceptual issue of the figure of the intellectual and his function in a society lived by the politics of identities. To this end, it revisits the concept of the organic intellectual by observing its constitutive characteristics, considering its context and production in Gramsci's studies. Subsequently, how Bobbio understands the organic intellectual and how he articulates the idea of responsibility in the reflections and consequence of an intellectual's action. The hypothesis is that, taking as an example religious scientists and theologians in the field of the New Left, the use of the concept of organic intellectual would be far from an intellectual who follows the logic of identity politics, in addition to the effects of this intellectual production that risks not providing a path to equality in its broadest sense.

Keywords: Organic Intellectual; Responsible Intellectual; Identitarianism; Evangelicals; New Left.

“O debate entre intelectuais a respeito dos intelectuais, isto é, a respeito de si próprios, não tem trégua.”

“... essa figura do intelectual orgânico no sentido estrito da palavra está em declínio. Ninguém a leva mais a sério.”

(Norberto Bobbio)³

“É possível separar a pena da espada?”

(Walquíria Leão Rêgo)⁴

Introdução

A sociedade é composta por atores que assumem diferentes papéis.⁵ O mesmo indivíduo possui um catálogo para suas

³ BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997, p. 7, 87.

⁴ RÊGO, Walquíria D. Leão. “Norberto Bobbio, intelectual público”. *Instituto Norberto Bobbio: cultura, democracia e direitos humanos*, em 24/10/2009. Disponível em: <<https://norbertobobbio.wordpress.com/2009/10/24/norbertobobbio-intelectual-publico/>>. Acesso em: 05 de mai. 2023.

⁵ GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20ª ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2014.

representações diante dos cenários que frequenta e das pessoas com as quais convive: ora é pai, ora é professor; ora é artista, ora é faxineira; ora é motorista, ora é dentista. São nesses e outros papéis que nos apresentamos e nos (re)conhecemos; e há uma função definida em cada um deles, ainda que a maneira de realizar não seja homogênea. Mediante um cenário de grandes avanços tecnológicos, científicos, viradas epistemológicas e metamorfoses político-sociais, perguntamos: qual seria o papel central de um intelectual?

Mas o que define um intelectual? Na concepção de Antonio Gramsci, o “intelectual”⁶ não depende – necessariamente – de uma formação acadêmica. A distinção encontra-se entre o ser e o ocupar uma função de na sociedade: “[...] todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”⁷. Nas palavras de Álvaro Bianchi sobre a abordagem gramsciana, “a questão dos intelectuais dizia respeito às formas de exercício das funções de direção e dominação dos grupos sociais antagonistas e, por essa via, à formação do pessoal encarregado ou especializado”⁸. Diga-se de passagem, Gramsci não discute o conceito do intelectual em si (que seria amplo), mas, especificamente, de sua função na sociedade e sua dinâmica de produção.

Por outro lado, a classe intelectual – cuja composição era conhecida pela figura dos sábios, dos xamãs, dos velhos, dentre outros, e que guardavam consigo a história de suas comunidades contendo elementos da política, da religião, da medicina⁹ – já foi chamada de “transformista” por Norberto Bobbio, indicando suas mutações, revisões, diversidade na realização da função. Segundo o autor, “falar dos intelectuais como se eles pertencessem a uma categoria homogênea e constituíssem uma massa indistinta é uma insensatez”¹⁰. Em diálogo com a obra de Julien Benda, Bobbio afirma

⁶ Que hoje também já é pensado a partir de sua *territorialização*, cf.: EUGÊNIO, Felipe. Territorialização de intelectuais: a formação (e a “combustão”) de escritores nas periferias de centros urbanos. *VI Congresso em Desenvolvimento Social: “Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns”*, Universidade Estadual de Montes Claros-MG, p. 921-931, 2018.

⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. 6 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 18.

⁸ BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 74. Ver também: MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 131-148, 2011.

⁹ A figura do intelectual na Idade Média também foi bem descrita em: LE GOFF, Jacques. *Os intelectuais na Idade Média*. 2ªed. Rio de Janeiro: José Olympie, 2006.

¹⁰ BOBBIO, 1997, p. 9.

que a missão dos intelectuais é “defender e promover os valores supremos da civilização, que são desinteressados e racionais” e, em contrapartida, “na medida em que subordinam sua atividade aos interesses contingentes, às paixões irracionais da política, traem sua missão”¹¹. A justificativa é que, tornando a paixão política prevalente, os intelectuais começariam a subordinar “verdades eternas aos interesses contingentes da nação, do grupo ou da classe, a submeter a razão da justiça à razão do Estado: traem assim a sua tarefa”¹².

Reconhecendo, tanto em Gramsci quanto em Bobbio, que não há pureza na classe dos intelectuais¹³, ou seja, que os sujeitos que a compõe estão ligados à determinadas tradições e escolas para interpretação da realidade, e que sua missão é manter-se fiel aos dados colocando a razão à serviço da civilização, haveriam limites para um engajamento ou associativismo para que essa visão crítica não seja comprometida ou obstaculizada?¹⁴ Frente a esse questionamento, quais os desafios acerca da tarefa que compõe o intelectual e qual deveria ser sua postura diante das demandas sociais que lhe são flagrantes?

Baseando-nos na discussão levantada por Bobbio já na década de 1990 sobre a relação entre o intelectual e o poder na sociedade contemporânea, analisaremos as questões propostas acima considerando sua crítica ao termo intelectual orgânico e sua preferência teórica por intelectual responsável, o que nos ajuda compreender melhor o cenário onde o empenho identitário e as epistemologias do Sul Global parecem reforçar e atualizar a figura do intelectual orgânico – agora envolvido em questões múltiplas como gênero, ecologia, cor. Dessa articulação, adiantamo-nos: é possível perceber que a produção de um pesquisador na área das ciências humanas já contém aspectos valorativos mediante a escolha de seu campo teórico-metodológico e da racionalização de determinado objeto/sujeito feita através desse instrumental que, conseqüentemente, possibilitará uma interpretação da realidade; por outro lado, tratando-se da hipótese desse labor, seu engajamento mais explícito, como forma associativa e militante, dentro de um

¹¹ BOBBIO, 1997, p. 46-47. Cf.: BENDA, Julien. *The treason of the intellectuals*. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2014.

¹² BOBBIO, 1997, p. 47

¹³ O próprio exercício de entender os limites entre a política e a ciência já foi discutido por Weber (cf. WEBER, Max. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2011).

¹⁴ LAVILLE, Jean-Louis; FRÈRE, Bruno. *A fábrica da emancipação: Repensar a crítica do capitalismo através das experiências democráticas, ecológicas e solidárias*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2023.

recorte especificamente identitário, encontraria certos riscos que obstaculizariam análises críticas mais densas ou que priorizariam uma produção cujo conteúdo defendesse mais sobre questões simbólicas do que concretas. Para essa interpretação, tomaremos como exemplo a relação da classe de intelectuais evangélicos progressistas e revisitaremos o manual do identitarismo criado pelo filósofo Wilson Gomes¹⁵, apontando as sensíveis associações desses intelectuais engajados (orgânicos?) e os desafios para a figura de um intelectual responsável. E, por identitarismo, entende-se: inclinação a simbolismos a fim de conquistar diversidade superficial nas organizações, recontar a história de modo a deslocar o foco para grupos marginais, criar eufemismos para descrever realidades sociais, fazendo do que seria um projeto político uma espécie de projeto de evangelização.¹⁶ Neste aspecto, o conceito de intelectual orgânico, utilizado outrora para descrever a relação com determinada classe social, seria agora inflacionado para diversas pautas de grupos considerados minoritários.

1. Do intelectual orgânico: a luta de classes como objetivo em Gramsci

Não é incomum ou ilegítimo o exercício de ressignificação de conceitos e tipologias na história das ciências. Elementos que ajudam na interpretação da sociedade dinâmica e mutante podem ser acrescentados às categorias mais diversas. No entanto, para uma análise heurística sobre o uso e transformações de conceitos, voltar às fontes possibilita atentar para equívocos e, quem sabe, apontar caminhos para que se crie – derivativamente ou não – novos termos para dar conta de quadros e faces que se inauguram na sociedade, ao invés de reutilizar conceitos antigos inflacionando-os com características que fogem de sua estrutura ideal. Compreender, portanto, a função de um intelectual orgânico não pode ter outro caminho senão passar pela tradição marxista. A teoria gramsciana, que bebe diretamente de tal fonte, já foi debatida sob o aspecto de uma teoria das elites, em que, para se obter a transformação da sociedade, dever-se-ia buscar a hegemonia; e para que essa

¹⁵ GOMES, Wilson. Caminhos e descaminhos da política de identidade hoje: origem, ideologia e estratégias. In: RISÉRIO, Antonio (org.). *A crise da política identitária*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2022, p. 50-93.

¹⁶ LILLA, Mark. *O progressista de ontem e o do amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 17-18.

hegemonia fosse alcançada, força e consenso através dos aparelhos do Estado deveriam ser combinados.¹⁷

A educação na escola, para Gramsci¹⁸, era a maneira como as gerações conheceriam as experiências e os valores das antigas gerações, podendo, agora, desenvolvê-las de forma superior. Por outro lado, entendia que não se poderia limitar a relação pedagógica à escola: “Toda relação de ‘hegemonia’ é necessariamente uma relação pedagógica”¹⁹. Neste aspecto, o que o move é a formação de uma hegemonia capaz de organizar uma intelectualidade crítica nos subalternizados. Dito de outra maneira, não se trata de manter quadros de intelectuais exclusivos, mas de tornar esse grupo uma massa de intelectuais que entenda seu papel na sociedade. Nesse contexto, Gramsci

atribui aos intelectuais uma relação mais orgânica e inclusiva com as massas tradicionalmente excluídas do poder. A relação intelectual/massa é uma relação dialética que vai em duas direções, do saber popular para o científico e vice-versa e desconstrói a ideia de uma massa somente passiva.²⁰

Só após a conquista estatal, tornar-se-ia possível que o proletariado formasse um estrato de intelectuais, pois, antes disso, “o proletariado, como classe” não possui ferramentas adequadas, pois “é pobre de elementos organizativos”²¹. Por fim, um intelectual orgânico é aquele que interpreta as condições da sociedade, filtra a partir de uma determinada ideologia e a comunica ao grupo subalternizado

¹⁷ Cf. TOSI, Giuseppe. Bobbio leitor de Gramsci: elementos para uma teoria gramsciana das elites. *Problemata: International Journal of Philosophy*, v. 10. n. 3, p. 73-90, 2019. O uso dos aparelhos do Estado era justificado no fato de que o desenvolvimento do capitalismo havia transformado os intelectuais e, estes, ajudaram a organizar, à serviço da classe dominante, as forças econômicas que intermediavam o trabalho de camponeses. Em outras palavras, esses intelectuais conservam o *status quo* e funciona como guardião do capitalismo. Por isso, para que o lugar da agricultura também pudesse exercer algum tipo de ação política, deveria ocupar os aparelhos do Estado buscando a hegemonia (cf. GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987).

¹⁸ GRAMSCI, Antonio. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. 4ªed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1982, p. 117s.

¹⁹ GRAMSCI, 2001, p. 399.

²⁰ TOSI, 2019, p. 15.

²¹ GRAMSCI, 1987, p. 164. Ver também: GRAMSCI, Antonio. *La formación de los intelectuales*. Colección 70. Ciudad de Mexico: Editorial Grijalbo, S.A., 1967.

para que este alcance a realidade por meios científicos claros e, com ferramentas que proporcionem novas práticas vivenciais, deixe de ser passivo na história para se tornar um *Príncipe Coletivo*.²²

Nos moldes da teoria gramsciana, um intelectual orgânico possui relação direta com o povo-nação e não pode ter sua atividade reduzida às questões formais e burocráticas, o que ele chamou de “centralismo orgânico”, onde os intelectuais se tornam uma espécie de sacerdote.²³ O povo-nação²⁴ possuiria hoje uma relação direta com a cidadania nacional, diferentemente da cidadania cultural,²⁵ que estabeleceria, numa cartilha influenciada pelo multiculturalismo, elementos que desconsideram a própria história e suas transformações no tempo.

O intelectual orgânico era visto como o “novo intelectual” que surge como “novo partido”, “elemento agregador”, “consciência e guia de um bloco social”;²⁶ o resultado desse tom de vida intelectual da massa dos militantes seria a iniciativa política para a transformação social.²⁷ Portanto, de uma relação pedagógica (escola ou com o grupo hegemônico) que avança até as estruturas do Estado, temos a

²² NERES, Geraldo Magella. *Gramsci e o “moderno Príncipe”*: a teoria dos partidos nos Cadernos do Cárcere. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

²³ GRAMSCI, 2001, p. 222.

²⁴ Na concepção de E. Laclau, o povo seria uma construção discursiva e já não existiria “classe universal”, como a “classe operária”, que pudesse aspirar a hegemonia. Seu argumento destaca que o marxismo clássico, que havia focado na luta de classes sob o sistema capitalista, perdeu espaço para novas teorias que desconsideram a emancipação a partir de um sujeito, e que agora, as novas configurações – e assim interpreto – apontariam para uma descentralização desse povo-nação colocando as múltiplas identidades e subjetividades como tensões que ajudam a constituir um novo povo. Por outro lado, a pluralidade constitutiva da multidão impossibilitaria a chegada ao poder, à hegemonia, pois não há um projeto comum. Ou seja, se dessa pluralidade não sair uma identidade popular que contemple as demandas democráticas, o caminho para a hegemonia está perdido (cf. LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2018, p. 122s). Ver também: SALDANHA, Michel Diogo. O intelectual posto à prova: uma crítica a atitudes identitárias. *Práxis Comunal*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 89-107, 2019; GRAMSCI, 1987, p. 164.

²⁵ LELLIS, Nelson; DUTRA, Roberto. Dois argumentos lacônicos para se pensar a cidadania nacional como outra vítima do identitarismo. *Instituto Humanitas Unisinos*, em 24 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/629849-dois-argumentos-laconicos-para-se-pensar-a-cidadania-nacional-como-outra-vitima-do-identitarismo-artigo-de-nelson-lellis-e-roberto-dutra>>.

²⁶ GRAMSCI, 1987, p. 43.

²⁷ *Ibidem*, p. 116.

organicidade de intelectuais que se colocam no campo para produzirem suas reflexões a partir – e tão somente – de um ponto de partida: as *classes sociais*. Seu engajamento político é o fio condutor e, por isso, sua relação com o poder torna-se flagrante.²⁸

Gramsci cuidou para que o engajamento político mediado pela visão classista fosse diferenciado de outros tipos de engajamento, como os mediados por valores morais (religiosas, questões étnicas, de gênero e de sexo, racial²⁹). Em relação à igreja, por exemplo, o filósofo italiano faz a seguinte observação:

A tarefa do partido consiste em explicar os conflitos que nascem no terreno da religião como derivados dos conflitos de classe e em procurar colocar sempre em maior relevo os caracteres de classe destes conflitos e não, vice-versa, em favorecer soluções religiosas aos conflitos de classe, mesmo que tais soluções se apresentem como de esquerda, na medida em que põem em discussão a autoridade da organização religiosa oficial.³⁰ (Grifos nossos)

A partir do tema “religião” seria possível considerar outras esferas que carregam valores morais, como as citadas acima, em que estas sim seriam as afetadas pela luta de classes, não o contrário. Independentemente se a crítica parte da esquerda, conforme a sentença de Gramsci, a questão econômica – e não a eclesiástica! – norteia tanto o debate quanto às possíveis soluções, inclusive para os conflitos religiosos. Portanto, não seria pertinente estabelecer uma relação direta do conceito *intelectual orgânico*, da esteira gramsciana, com grupos (de intelectuais) que hoje estariam nas frentes identitárias – que pensam mais na questão de igualdade em termos de *identidade* do que igualdade pela política de *distribuição* de renda para desenvolvimento nacional.³¹ Tornou-se imperativo

²⁸ Na interpretação de Ortega Y Gasset quanto ao engajamento político de intelectuais, existem aqueles que, como Gramsci, militaram por nova configuração sociopolítica; há também aqueles que apenas se defenderam o engajamento político sem se envolverem diretamente; por fim, os que se opõem totalmente a essa posição (cf. ORTEGA Y GASSET, José. *A rebelião das massas*. 3ªed. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano, 1971).

²⁹ Cf. síntese crítica proposta em MARTINS, 2011, p. 133.

³⁰ GRAMSCI, 1987, p. 130.

³¹ Ver a discussão em: COSTA, Maria Alice Nunes. A polarização identitária e a pulverização programática no Brasil. *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 12, n. 3, p. 404-429, 2020.

apontar essa observação, uma vez que a questão do intelectual orgânico tem servido para descrever, depois dos novos movimentos sociais, o engajamento dessa classe a partir de pautas morais, religiosas, de gênero etc.³² A ênfase no tema “luta de classes” por onde passa o intelectual orgânico tornou-se essencial na teoria em questão, uma vez que a emancipação das alienações e a crítica aos efeitos do capitalismo só poderiam acontecer percebendo a dinâmica desse sistema de contradições alimentado pelo processo de exploração.

2. Do intelectual responsável: a consciência das consequências da ação em Bobbio

Na seção anterior iniciamos dizendo da importância de retornar às fontes para se discutir categorias, como a de *intelectual orgânico*. Na concepção de Bobbio, a tarefa de retornar às fontes é importante, mas não suficiente. E por quê? Retornar aos princípios para compreender determinado conceito deve considerar o contexto no qual é extraído para não incorrer no equívoco de simplificá-lo.³³ Bobbio, igualmente, não pensa, ao revisitar determinado conceito, realizar um mero trabalho descritivo sem reavaliar criticamente as transformações sociais que já ocorreram. Uma delas foi a mudança política na Itália: do fascismo para a democracia.³⁴ Ou seja, o que seria um intelectual orgânico em uma sociedade fascista e qual seria sua função num Estado Democrático de Direito?

A democracia deve diferir de um poder despótico pela distribuição de poder na sociedade. Na era dos direitos, numa sociedade fragmentada como a nossa, o conceito de pluralismo em Bobbio precisa ser esclarecido. O pluralismo lança luz sobre grupos da sociedade que, no percorrer da história, têm seus direitos reconhecidos em *Declarações Universais*³⁵. Além disso, o pluralismo relativiza aquilo que antes era vivido como valor axiomático, por exemplo: a leitura da bíblia, em que um grupo tinha o monopólio hermenêutico, e agora, grupos diversos se lançam para legitimarem

³² Cf. SALDANHA, 2019; bem como a dissertação de J. Lopes, que discute o identitarismo de pesquisadores no curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Feira de Santana (LOPES, Jackeline Silva. *Na sala de espelhos: professores de História entre representações e identificação com a profissão*. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013).

³³ BOBBIO, 1997, p. 89.

³⁴ O regime fascista italiano durou de 1922 a 1943. Gramsci morreu em 1937, portanto, não conseguiu ver a queda de Benito Mussolini.

³⁵ BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 21s.

seus movimentos a partir de novas teologias, como: teologia da libertação, teologia queer, teologia negra... Diante de um cardápio de possibilidades, o indivíduo que tem o poder de decisão. Nas palavras de Bobbio: “De resto, não há por que ter medo do relativismo. A constatada pluralidade das concepções religiosas e morais é um fato histórico, também ele sujeito a modificação. O relativismo que deriva dessa pluralidade é também relativo”. E continua: “[...] além do mais, é precisamente esse relativismo o mais forte argumento em favor de alguns direitos do homem, dos mais celebrados, como a liberdade de religião e, em geral, a liberdade de pensamento.³⁶

Uma leitura descuidada nos faria ceder a visão bobbiniana à força dos movimentos identitários.³⁷ Contudo, os direitos desses grupos plurais são discutidos sob a ótica de *Declarações Universais* reconhecendo neles a legitimidade e os direitos que lhe são devidos. A abordagem trazida pelo historiador é de que a relação do Estado não ocorre mais entre “soberano/súditos”³⁸, mas sim, “Estado/cidadãos”; portanto, é do ponto de vista dos direitos dos *cidadãos*, e não mais do *soberano*, que a relação se torna encarnada.³⁹ Não seria razoável fazer com que nosso autor assuma o viés multiculturalista; sua análise permite pensar o Estado e as liberdades individuais, políticas e sociais, além de discutir o fundamento de direitos que não pode ser definido por “preferências pessoais”, “opções políticas”, “orientações ideológicas”, por não haver “contornos nítidos”.⁴⁰

De que maneira, portanto, o intelectual orgânico se portaria diante dessa sociedade? Na obra *Os intelectuais e o poder*, a preocupação de Bobbio está em como essa classe de “intelectuais da área socialista” se organizará diante da *política*. Quanto à organicidade, torna-se um elemento comum, óbvio e amplo, basta que se defenda – *de dentro* – determinado valor. Transcrevo:

³⁶ BOBBIO, 2004, p. 13.

³⁷ Diga-se de passagem, a leitura de Bobbio daria até melhores condições de interpretação sobre a relação entre a figura do intelectual e pautas identitárias do que a visão gramsciana, focada na questão de classes.

³⁸ A Igreja, em outro momento, é lembrada por Bobbio num exemplo para definir a concentração de poder: “A máxima concentração de poder ocorre quando os que detêm o monopólio do poder coercitivo, no qual consiste propriamente o poder político, detêm ao mesmo tempo o monopólio do poder econômico e do poder ideológico (através da aliança com a Igreja única elevada a Igreja de Estado, ou, modernamente, com o partido único [...]) (BOBBIO, 2004, p. 62).

³⁹ BOBBIO, 2004, p. 8.

⁴⁰ BOBBIO, 2004, p. 13.

[...] os intelectuais *da área socialista* são muitos. Mas ninguém sabe quantos são efetivamente. Ninguém sabe por que aqueles intelectuais não são organizados. Naturalmente, alguém poderia sustentar que não são organizados porque são inorganizáveis, e não são organizáveis porque por natureza são inorgânicos. Diria que mais do que inorgânicos são dispersos, e são dispersos porque talvez não tenham encontrado até agora no partido, nas iniciativas culturais do partido, *uma razão suficiente para se sentirem juntos* (aliás, frequentemente encontraram em *iniciativas contrastantes* do mesmo partido uma razão a mais para se dispersarem). Bem entendido: quando afirmo que deveriam ser organizados, não quero dizer que devam ser transformados em intelectuais orgânicos no sentido estrito e limitado da palavra. [...] Em um certo sentido, que em parte também era o sentido gramsciano, todos nós, pelo fato de vivermos em uma sociedade de cujas lutas participamos, somos orgânicos, no sentido de que somos portadores de certos valores contra outros, defendemos certos interesses contra outros [...]. Parece-me claro que, segundo Gramsci, os intelectuais tradicionais também foram, por sua vez, orgânicos de classes ora em declínio: são ex-orgânicos, agora, não mais orgânicos unicamente porque a sociedade, em sua evolução, colocou-os pouco a pouco fora do jogo. [...] Porém, se por intelectual orgânico se entende, em um sentido limitado e pejorativo, o intelectual que, em vez de se fechar no próprio isolamento, fecha-se na prisão não menos isolante de uma ideologia dogmaticamente assumida e passivamente servida, então a distinção entre intelectuais orgânicos e inorgânicos faz-se necessária. Mas é preciso também reconhecer que, hoje, essa figura do intelectual orgânico no sentido estrito da palavra está em declínio. Ninguém a leva mais a sério. A mim parece que a diferença hoje passa, mais do que entre intelectuais orgânicos e não-orgânicos, entre intelectuais organizados e a serem organizados.⁴¹ (Grifos nossos)

⁴¹ BOBBIO, 1997, p. 86-88.

O trecho acima possibilita alguns pontos para elucidação de uma organização entre os intelectuais. Primeiro lugar, os intelectuais e o socialismo: na seção seguinte à citação supra, faz-se o questionamento “Um socialismo a ser inventado?”; o caminho seria organizar os intelectuais num *Partido Socialista* menos preconceituoso com textos sagrados, menos doutrinado e menos ligado à matriz cultural para não correr o risco de ser acusado de revisionismo, além de defender a indissociabilidade entre socialismo e democracia: “onde a democracia não existe, não se pode dizer que exista o socialismo”⁴², citando um escritor cujo nome não é mencionado.

Em segundo lugar, é preciso considerar quando não há *um plano comum* que una esses intelectuais. O identitarismo parece não ser capaz de uma “moeda comum” – tomando aqui emprestado o termo de Paulo H. Martins⁴³. Mark Lilla chamou essa ausência de uma “moeda comum” de ausência de “bem comum” ao afirmar que grande parte da esquerda vive hoje uma ressignificação de sua base teórica tornando-a mais utópica e terapêutica. Deslocou seu foco do capitalismo para a cultura, reorganizando o imaginário coletivo. Em outras palavras, fragmentou-se a sociedade em inúmeros grupos. Segundo o mesmo autor, o único jeito de conseguir defender as minorias é ter uma mensagem com apelo para o maior número possível de pessoas e assim uní-las, caso contrário, esse tipo de engajamento trará como resultado a *pseudopolítica de autoestima* e de *autoidentificação* que, desde a década de 1980 nos EUA, tem feito surgir novas formas de exclusão – inclusive em universidades com a dificuldade de se pensar no *bem comum*.⁴⁴

⁴² BOBBIO, 1997, p. 89.

⁴³ “No caso dos movimentos sociais, vimos desdobramentos relevantes dos movimentos sindicais e operários do início do século XX até os atuais, marcados por lutas identitárias de mulheres, de negros, de indígenas, de sem-teto, de sem-terra etc. Eles foram e são importantes. Mas, na medida em que *privilegiam projetos* de libertação social pela valorização da lógica dos conflitos *utilitários nos marcos do liberalismo*, terminam *não* considerando a importância da busca de novas utopias *fora do espectro moral do liberalismo* e mais abertos ao entendimento do conflito como dom agonístico. [...] O neotribalismo [conceito de Bauman] reivindica corretamente os direitos dos movimentos (étnico, sexual, de gênero, religioso, cultural etc.), mas peca por não conseguir encontrar uma *moeda política comum* para ações *compartilhadas* em favor da democracia *ampliada*”. (MARTINS, Paulo Henrique. *Teoria Crítica da Colonialidade*. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2019, p. 43-44; grifos meus.)

⁴⁴ LILLA, 2018.

Em terceiro, o termo “orgânico” é diluído para a população que defende algum valor em detrimento de outro. Orgânico tornou-se engajamento abstrato, descrição de um sujeito comprometido com alguma causa e/ou valores específicos, que agora não necessariamente possuem uma relação com a esfera política ou social. Busca-se promover ativamente determinada pauta por meio da tradição (religiosa ou similar), conhecimento (dogma) e habilidades (discursivas). Tal organicidade não carregaria mais características de movimentos sócio-políticos com a intenção direta de transformar a consciência pública levando-a a criticar os equipamentos de alienação e trazendo elementos para emancipação da *massa*. Aliás, nem mesmo a existência de um “intelectual de massa” seria possível; e se fosse possível, Bobbio não estaria disposto a usá-lo como exemplo por sua “irresponsabilidade”⁴⁵.

Portanto, e aqui a última consideração, os intelectuais organizados transcenderiam o orgânico. Nesse aspecto, preferiu falar mais da *responsabilidade* de um intelectual do que de seu *engajamento*.⁴⁶ Na década de 1950, por exemplo, Bobbio criticava as revistas militantes que circulavam na Itália e que não tinham nenhuma relação ou compromisso com a “realidade política”⁴⁷ – sobre esse tipo de engajamento militante que nosso autor desfere sua crítica. Em sua visão, intelectuais que se distanciavam dessa realidade se aliavam à elite permanecendo sem um “peso decisivo” para transformações sociais e talvez não servindo “para nada”⁴⁸.

No campo da responsabilidade, Bobbio analisa dois tipos de intelectuais:

a) Os *ideólogos*. São os que fornecem princípios-guia (ação racional segundo o valor⁴⁹). Sua ética baseia-se em regras e princípios pré-estabelecidos e que podem atender a um sistema de crenças ocasionando ações inclinadas à convicção em detrimento da responsabilidade. Seu dever é o de “serem fiéis a certos princípios, *custe o que custar*”⁵⁰ (grifo nosso).

⁴⁵ BOBBIO, 1997, p. 101.

⁴⁶ Abordar o engajamento total do intelectual era o mesmo que falar de “uma nova forma de subordinação, um outro modo de abdicar da própria tarefa” (BOBBIO, 1997, p. 99), uma vez que isso poderia acarretar numa ação politicamente irrelevante por estar submisso à uma ideologia que não permite análise crítica da sociedade.

⁴⁷ BOBBIO, Norberto. “Intelectuais e vida política na Itália”. In: BASTOS, E.R.; RÊGO, W.D.L. (orgs). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d’água, 1999, p. 151.

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Aqui Bobbio lança mão das categorias weberianas para articular seus tipos ideais.

⁵⁰ BOBBIO, 1997, p. 97.

b) Os *expertos*⁵¹. São os que fornecem conhecimentos-meio (ação racional segundo o fim). Seu dever é “propor meios adequados ao fim e, portanto, de levar em conta as consequências que podem derivar dos meios propostos”⁵². Trata-se de uma consciência das consequências da ação, diferentemente de um príncipe absoluto, que é irresponsável por não responder por suas ações, exceto a si e a Deus – de acordo com sua crença (a irresponsabilidade é um traço característico de um governo autocrático). Na democracia ninguém deve ser irresponsável, pois este “age ou para o seu próprio proveito ou para obedecer a princípios em que crê cegamente, sem avaliar o que pode decorrer de bom ou de mau das suas ações”⁵³.

Por mais que o ideólogo tenha aspectos próximos aos do intelectual tradicional, e o experto aos do intelectual orgânico, o critério adotado por Bobbio para distingui-los não é a “dependência ou a independência com respeito às classes sociais em luta pelo predomínio” ou a “diversa formação ou competência”, mas sim, “a diversa tarefa que desempenham como criadores ou transmissores de ideias ou conhecimentos *politicamente relevantes*, é a diversa função que eles são chamados a desempenhar *no contexto político*”⁵⁴ (grifos nossos). Bobbio preferirá, no entanto, o intelectual *responsável* no lugar do intelectual *engajado*.

O intelectual responsável utiliza seu conhecimento e suas habilidades para promover o *bem comum*, comprometido com a democracia. Envolvem-se na produção de obras teóricas, mas também no debate político-social: diante de uma crise, seu papel é denunciar os abusos de poder e injustiças, independentemente de

⁵¹ O exemplo utilizado por Bobbio lembra o Estado que, ao precisar de conhecimento técnico e especializado para tomar suas decisões na esfera econômica, procura pelos economistas.

⁵² BOBBIO, 1997, p. 97.

⁵³ BOBBIO, 1997, p. 96-97.

⁵⁴ BOBBIO, 1997, p. 72. Quanto a esse *contexto político*, Bobbio teve a oportunidade de realizar uma leitura num cenário diferente da Itália fascista da época de Gramsci. Sendo leitor de Gramsci, seu compatriota, Bobbio (1997, p. 68) lança uma questão retórica: o intelectual seria aquele que não faz coisas, mas reflete sobre coisas? Na verdade, há que se ter uma delimitação desse tema envolvendo a interface *intelectuais e poder*. Em primeiro lugar, a delimitação trata-se de um modo de conduzir o discurso acerca dos intelectuais. Trata-se de um exercício propositivo, cuja preocupação não se encontra sobre o que fazem os intelectuais, mas o que deveriam fazer. Neste campo, não se espera algum tipo de juízo, e sim, verificar as ideias em que se reconhecem – uma espécie de intersecção. A segunda delimitação refere-se à matéria do discurso: a relação do intelectual na política. A terceira delimitação diz respeito aos próprios intelectuais. Quem pode ser chamado “intelectual”?

onde venha, pois seu compromisso não é mais um engajamento cego, mas responsabilidade. Em suma: o intelectual responsável analisa a realidade e, ao fazê-lo, contribui para a transformação através do debate público e da defesa de valores que são fundamentais para a democracia, como a igualdade, a liberdade e a justiça. Portanto, não se trata de um intelectual numa torre de marfim; seu conhecimento é usado para influenciar e promover mudanças positivas na sociedade questionando, quando necessário, o *status quo* e expondo suas contradições e injustiças.

3. Dos intelectuais evangélicos da Nova Esquerda: desafios diante do manual do identitarismo

Os escritos de Gramsci sobre a figura do intelectual orgânico parecem não permitir que as pautas identitárias contemporâneas se adequem à sua principal característica: o firme posicionamento crítico e engajado a partir da luta de classes. O *intelectual responsável* parece estar mais próximo de uma identificação com o identitarismo, todavia, essa relação seria distanciada sendo que uma de suas tarefas é promover o *bem comum* – o que não está claro na condição identitária cuja ausência daquela *moeda comum* se tornou uma marca.

A Nova Esquerda⁵⁵, que busca dar conta de reivindicações para além das de classe desde finais do século XX, abriu as portas, sobretudo na Europa e nas Américas⁵⁶, para uma política essencialmente simbólica, cujas pautas levantadas ainda apresentam

⁵⁵ Para saber mais sobre estudiosos e militantes da *nova esquerda*, conferir a relação feita em: SCRUTON, Roger. *Pensadores da nova esquerda*. São Paulo: É Realizações Editora, 2014; _____. *Tolos, Fraudes e Militantes: pensadores da nova esquerda*. Rio de Janeiro: Record, 2018; bem como o texto publicado neste site que captura o viés identitário no atual governo do presidente Lula: LELLIS, Nelson. “*Ir além da terapia: como o ato antidemocrático desafia a nova esquerda*”. *Ateliê de Humanidades*, 10 de jan. 2023; disponível em: <[⁵⁶ Gonçalves discute esse reflexo na África \(GONÇALVES, Jonuel. *As imposturas identitárias: África e reflexo no Brasil*. São Paulo: Garamond, 2022\).](https://ateliêdehumanidades.com/2023/01/10/fios-do-tempo-ir-alem-da-terapia-lellis/#:~:text=Fios%20do%20Tempo,-,Ir%20al%C3%A9m%20da%20terapia%20como%20o%20ato%20antidemocr%C3%A1tico%20desafia%20a,pela%20mudan%C3%A7a%20das%20exig%C3%AAs%20atuais.>>.</p></div><div data-bbox=)

poucas alternativas reais.⁵⁷ Encontramos nessa Nova Esquerda intelectuais de segmento evangélico que se apresentam e são classificados – em oposição aos conservadores – como *progressistas*. Podem ser encontrados em grupos como: Frente Evangélica Pelo Estado Democrático de Direito, Movimento Negro Evangélico, Rede de Negras Evangélicas, Rede Afrokut, Evangélicas pela Igualdade de Gênero, Frente Evangélica pela Legalização do Aborto, Coalização de Evangélicos pelo Clima etc. E até mesmo um grupo que lança mão do que chamam “gênero neutro”: Evangélicxs pela Diversidade. Intelectuais, em diferentes frentes, mobilizam suas energias para e nesses grupos contra a injustiça e diferentes tipos de autoritarismo.⁵⁸ No Brasil, por exemplo, crescem os casos de violências física e simbólica praticadas por cristãos em relação aos fiéis de religiões afro. Paralelamente, cresce também o número de intelectuais que defendem o diálogo inter-religioso e apostam, para além desse diálogo, em uma nova hermenêutica de textos sagrados e em um novo olhar sobre a história: a relação entre brancos e negros, homens e mulheres, homens e demais gêneros, mulheres brancas e mulheres negras, assim como a discussão de uma teologia negra, queer, decolonial etc.⁵⁹ Intelectuais (teólogos, cientistas da religião e afins) que ajudam a organizar coletivos e movimentos, e/ou produzir/publicar cursos e literaturas que auxiliem no debate – sem contar as editoras que têm fortalecido o mercado. Com o intuito de *universalizar* a nova interpretação da bíblia, encontrando nela valores e conceitos dos Direitos Humanos, esses intelectuais

⁵⁷ Ver entrevista com Nancy Fraser em: BBC NEWS. “Feminismo atual é voltado para uma minoria privilegiada, diz filósofa feminista”. *GI*, em: 26 de jun. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/26/feminismo-atual-e-voltado-a-uma-minoria-privilegiada-diz-filosofa-feminista.ghtml?fbclid=IwAR3nDutJ-Z5bLvP-Dvkgk2PjGTnYvm3mpVHZ-2f1QWxkQxKtWh20_bzJ6ZU>. Acesso em 26 de jun. de 2023.

⁵⁸ Conforme o manifesto “J’Accuse” (“Eu acuso”), escrito pelo francês Emile Zola, em 1898. O caso Dreyfus, um oficial do exército francês que foi acusado de entregar segredos militares a um país estrangeiro em 1894. Foi considerado réu e condenado à prisão perpétua num julgamento marcado por ausência de provas e por pressão da opinião pública. Zola denunciou as irregularidades e a perseguição antisemita, acusando o governo francês de autoritarismo. Em 1906, Dreyfus foi inocentado. O manifesto tornou-se um exemplo do que o envolvimento de intelectuais seria capaz de realizar nesse âmbito, diferentemente de intelectuais que se escondiam em suas “torres de marfim” (ZOLA, Emile. *J’Accuse*. Porto Alegre-RS: L&PM Editores, [1898] 2009).

⁵⁹ LELLIS, Nelson; PEREIRA DA ROSA, Wanderley. “Protestantismos” (verbetes). In: CUNHA, Magali; NOVAES, Allan (orgs). *Dicionário Brasileiro de Comunicação & Religiões*. Engenheiro Coelho-SP: Enapress, 2021, p. 161-174.

(sobretudo do campo da teologia e das ciências das religiões⁶⁰) manifestam-se contra depredações e vandalismos em terreiros, imagens religiosas afro em lugares públicos, encaminham mensagens de paz e respeito ao lado de pais e mães de santo.

O engajamento desses intelectuais no campo da religião, que se dividem entre acadêmicos, políticos (parlamentares), líderes religiosos, possui diferentes tonalidades. Suas tarefas são totalmente legítimas, mas o intelectual identitário poderia ser obstaculizado no exercício de uma crítica mais ampla. Isso pode ser observado através de um manual de desqualificação do identitário. Wilson Gomes⁶¹ destaca alguns critérios utilizados pelo identitário que utilizo aqui para melhor explorar a figura do intelectual militante – que pode ser aplicado no campo de estudiosos da religião.

O primeiro é quando o intelectual identitário *identifica-se (mimetiza-se) com a minoria e a usa como escudo*. Neste caso, seria um risco a realização de qualquer crítica ou censura a movimentos em que esteja engajado, pois seria o mesmo que insultar todo o grupo ou generalizar sua crítica. Exemplo: se os intelectuais da Nova Esquerda se identificam com a luta afro, precisariam focar nos ataques contra as religiões de matriz africana e em ações positivas das mesmas. Um apontamento reflexivo crítico colocaria esse intelectual sob as sombras de grupos opressores. Envolverem-se em pautas que constituem a Nova Esquerda, como gênero, cor, clima, liberdade religiosa etc., tornou-se uma forma de produção intelectual e engajamento político; ao mesmo tempo, um aparente escudo para se proteger das críticas de outros intelectuais.

O segundo critério: quando o *intelectual identitário mobiliza o sentimento público para o contra-ataque*. O número de ataques violentos contra religiões afro, seus fiéis e seus lugares de culto é bastante considerável no Brasil. Houve, inclusive, a recente sanção do presidente Lula para a Lei nº 14.532, equiparando crimes de injúria racial e racismo aumentando a pena para aqueles que praticarem algum tipo de intolerância religiosa.⁶² Paradoxalmente, esse cenário produziu uma espécie de camada moralista entre intelectuais

⁶⁰ O termo “ciências das religiões” varia no Brasil. Pode ser encontrado em alguns cursos de graduação, licenciatura ou pós como “ciência da religião”, “ciências da religião”, “ciência das religiões”, além da já mencionada (cf. USARSKI, Frank [org]. *O espectro disciplinar da Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas, 2019).

⁶¹ GOMES, 2022, p. 50-93.

⁶² AGÊNCIA SENADO. “Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial”. *Senado Notícias*, em: 12 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial>>. Acesso em 26 de jun. de 2023.

identitários que, conseqüentemente, provocou na sociedade um certo ar ameaçador para aqueles que demonstrarem alguma reprovação: podem ser interpretados como “opressores”.

Terceiro: *caso o intelectual responsável aponte algum equívoco, notícia falsa, dados inflacionados e incertos, algum tipo de violência cometido por um desses grupos “minoritários”, o intelectual identitário desqualificará sua crítica.* Esse tipo de militância do intelectual parece impedir um debate mais racional e traz para o centro acusações mediadas por classificações de crime, logo, o crítico – e não a crítica – passa a ser o foco. Não é exagero considerar que o intelectual não-identitário pode ser responsabilizado, ainda que não tenha cometido tais crimes por homofobia, racismo, misoginia, machismo, intolerância etc., além de ser *cancelado* publicamente.

Quarto: *o intelectual identitário vê-se como aquele que possui o monopólio moral sobre a fala.* Qualquer outro intelectual corre o risco de ser automaticamente desautorizado e identificado como aquele que está preso em sua torre de marfim. Portanto, a ideia de um “lugar de fala” enquanto saber legítimo, como um educador que detém o saber de uma área específica, passa a ser compreendido como aquele que pertence a determinado grupo e só este estaria autorizado para abordar temas relacionados a esse mesmo grupo.

O último aspecto do manual que estamos adaptando para a hipótese é: *o intelectual identitário desqualificará qualquer outro intelectual e o acusará de estar apenas lutando por interesses e privilégios.* Como as demandas foram fragmentadas em grupos, Direitos Humanos, justiça, igualdade, passam a ser debatidos na esfera identitária. Os movimentos buscam nortear pesquisas e reflexões. Fora deles, o espaço de produção intelectual pode ser classificado como *não orgânico*, despreocupado com a dimensão pública.

O manual de desqualificação do identitário pode ser encarado por alguns como uma produção que contém juízo de valor, o que não retiraria a importância do debate. No entanto, há que se reconhecer dois pontos: os conflitos criados nessa esfera sinalizam vitalidade social para mudanças estruturais. Por outro lado, se esses conflitos são produzidos por demanda de mercado, como o neoliberalismo que preferiu a pauta de igualdade de identidades ao invés de igualdade por distribuição, a transformação emancipatória do sujeito, tema tão caro para a intelectuais que se posicionam no campo progressista, corre o risco de ficar para segundo plano.

Conclusão

Percebemos neste artigo que para se recuperar alguns conceitos clássicos a leitura dos elementos que os constituem e a análise contextual, torna-se um caminho inegociável. Embora a ideia de intelectual orgânico seja utilizada de forma ampla nos dias atuais, a estrutura social dividida em classes foi prioridade nos escritos de Gramsci – e apenas desconsiderando essa informação que o conceito de intelectual orgânico poderia ser inflacionado. O orgânico é, na leitura que fizemos, aquele que mobiliza suas ferramentas para compreender as relações de poder que envolvem diretamente as classes, e não identidades, em sua dimensão política e cultural, influenciando a forma de viver em sociedade. Sua produção intelectual, no interior de uma classe social específica, propaga ideias e valores para (voltada para seus integrantes) e dessa (em outras estruturas, sejam institucionais ou não) classe em particular, buscando promover transformação social pela educação e pela mobilização política.

Na visão de Bobbio, o intelectual responsável é aquele que, tendo consciência crítica, compromete-se com a defesa da liberdade e da justiça. Os intelectuais, nessa perspectiva, teriam obrigação moral de lutarem por Direitos Humanos, igualdade social e pelos princípios democráticos. Uma de suas funções é influenciar ideias e opiniões na sociedade sem deixar de ser consciente de sua responsabilidade de usar seu poder para promover o bem comum e combater as injustiças. Devem, finalmente, afirmar sua vocação crítica a regimes autoritários e opressores, contribuindo para um conhecimento que resulte em um bem-estar coletivo e, isso, mediante os valores da democracia.

Esse movimento teórico que aqui fizemos aponta para desafios na construção de um debate amplo, democrático, ausente de autoritarismos ou busca por hegemonia. A tarefa crítica em observar os riscos de uma educação baseada em identidade que manifesta sentimentos autorreferentes em detrimento de uma cidadania nacional, coletiva. Embora sejam totalmente legítimos os impulsos identitários, o intelectual, esteja onde estiver, precisa apresentar sua produção e ser *responsável*, calculando as consequências, para que não seja responsabilizado por seus contrassensos no futuro.

Referências

- AGÊNCIA SENADO. “Sancionada lei que tipifica como crime de racismo a injúria racial”. Senado Notícias, em: 12 de jan. de 2023. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/01/12/sancionada-lei-que-tipifica-como-crime-de-racismo-a-injuria-racial>>. Acesso em 26 de jun. de 2023.
- BBC NEWS. “Feminismo atual é voltado para uma minoria privilegiada, diz filósofa feminista”. G1, em: 26 de jun. de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/06/26/feminismo-atual-e-voltado-a-uma-minoria-privilegiada-diz-filosofa-feminista.ghtml?fbclid=IwAR3nDutJ-Z5bLvP-Dvkgk2PjGTnYvm3mpVHZ-2f1QWxkQxKtWh2o_bzJ6ZU>. Acesso em 26 de jun. de 2023.
- BENDA, Julien. *The treason of the intellectuals*. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2014.
- BIANCHI, Álvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- _____. “Intelectuais e vida política na Itália”. In: BASTOS, E.R.; RÊGO, W.D.L. (orgs). *Intelectuais e política: a moralidade do compromisso*. São Paulo: Olho d’água, 1999, p. 147-166.
- _____. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- COSTA, Maria Alice Nunes. *A polarização identitária e a pulverização programática no Brasil*. *Passagens – Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, vol. 12, n. 3, p. 404-429, 2020.
- EUGÊNIO, Felipe. *Territorialização de intelectuais: a formação (e a “combustão”) de escritores nas periferias de centros urbanos*. VI Congresso em Desenvolvimento Social: “Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns”, Universidade Estadual de Montes Claros-MG, p. 921-931, 2018.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 20^a ed. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2014.
- GOMES, Wilson. *Caminhos e descaminhos da política de identidade hoje: origem, ideologia e estratégias*. In: RISÉRIO, Antonio (org.). *A crise da política identitária*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2022, p. 50-93.
- GRAMSCI, Antonio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.
- _____. *Cadernos do Cárcere*. 6 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. La formación de los intelectuales. Colección 70. Ciudad de Mexico: Editorial Grijalbo, S.A., 1967.

_____. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 4ªed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1982.

GONÇALVES, Jonuel. As imposturas identitárias: África e reflexo no Brasil. São Paulo: Garamond, 2022.

LACLAU, Ernesto. A razão populista. São Paulo: Três Estrelas, 2018.

LAVILLE, Jean-Louis; FRÈRE, Bruno. A fábrica da emancipação: Repensar a crítica do capitalismo através das experiências democráticas, ecológicas e solidárias. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2023.

LE GOFF, Jacques. Os intelectuais na Idade Média. 2ªed. Rio de Janeiro: José Olympie, 2006.

LELLIS, Nelson. “Ir além da terapia: como o ato antidemocrático desafia a nova esquerda”. Ateliê de Humanidades, 10 de jan. 2023; disponível em:

<[LELLIS, Nelson; DUTRA, Roberto. Dois argumentos lacônicos para se pensar a cidadania nacional como outra vítima do identitarismo. Instituto Humanitas Unisinos, em 24 de jun. de 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/629849-dois-argumentos-laconicos-para-se-pensar-a-cidadania-nacional-como-outra-vitima-do-identitarismo-artigo-de-nelson-lellis-e-roberto-dutra>>.](https://ateliedehumanidades.com/2023/01/10/fios-do-tempo-ir-alem-da-terapia-como-o-ato-antidemocratico-desafia-a-nova-esquerda-por-nelson-lellis/#:~:text=Fios%20do%20Tempo.-,Ir%20al%C3%A9m%20da%20terapia%3A%20como%20o%20ato%20antidemocr%C3%A1tico%20desafia%20a,pela%20mudan%C3%A7a%20das%20exig%C3%Aancias%20atuais.>.</p></div><div data-bbox=)

LELLIS, Nelson; PEREIRA DA ROSA, Wanderley. “Protestantismos” (verbete). In: CUNHA, Magali; NOVAES, Allan (orgs). Dicionário Brasileiro de Comunicação & Religiões. Engenheiro Coelho-SP: Enapress, 2021, p. 161-174.

LILLA, Mark. O progressista de ontem e o do amanhã: desafios da democracia liberal no mundo pós-políticas identitárias. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

LOPES, Jackeline Silva. Na sala de espelhos: professores de História entre representações e identificação com a profissão. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. Pro-Posições, Campinas, v. 22, n. 3 (66), p. 131-148, 2011.

MARTINS, Paulo Henrique. Teoria Crítica da Colonialidade. Rio de Janeiro: Ateliê de Humanidades Editorial, 2019.

NERES, Geraldo Magella. Gramsci e o “moderno Príncipe”: a teoria dos partidos nos Cadernos do Cárcere. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

ORTEGA Y GASSET, José. A rebelião das massas. 3ªed. Rio de Janeiro: Livro Ibero Americano, 1971.

RÊGO, Walquíria D. Leão. “Norberto Bobbio, intelectual público”. Instituto Norberto Bobbio: cultura, democracia e direitos humanos, em 24/10/2009. Disponível em:

<<https://norbertobobbio.wordpress.com/2009/10/24/norberto-bobbio-intelectual-publico/>>. Acesso em: 05 de mai. 2023.

SALDANHA, Michel Diogo. O intelectual posto à prova: uma crítica a atitudes identitárias. *Práxis Comunal*, Belo Horizonte, v.2, n.1, p. 89-107, 2019.

SCRUTON, Roger. Pensadores da nova esquerda. São Paulo: É Realizações Editora, 2014.

_____. Tolos, Fraudes e Militantes: pensadores da nova esquerda. Rio de Janeiro: Record, 2018

TOSI, Giuseppe. Bobbio leitor de Gramsci: elementos para uma teoria gramsciana das elites. *Problemata: International Journal of Philosophy*, v. 10. n. 3, p. 73-90, 2019.

USARSKI, Frank (org). O espectro disciplinar da Ciência da Religião. São Paulo: Paulinas, 2019.

WEBER, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

ZOLA, Emile. *J’Accuse*. Porto Alegre-RS: L&PM Editores, [1898] 2009.